

Participações em grupos de trabalho, conferências e comités

Participou em vários grupos de trabalho, conferências e comités, sendo destacar:

Grupo de trabalho para alteração da legislação nacional aplicável ao controlo do material de guerra e dos bens de dupla utilização;

Grupo de trabalho para a “reformulação do sistema de autoridade marítima” em representação do Ministro das Finanças;

Grupo de trabalho para o Controlo de Mercadorias em Circulação, em que foi coordenador, instituído pelo Presidente da UCLEFA;

Grupo de Questões Económicas (União Aduaneira) de que resultou a adopção do Regulamento (CEE) n.º 900/92, do Conselho, que alterou o Regulamento (CEE) n.º 3677/90;

Comité de Precusores de Droga (Comissão). Desde 1992 até 1997;

Comité de Assistência Mútua (Comissão);

Diversas reuniões do Grupo Austrália (armas químicas e biológicas) do MTCR (regime de controlo à exportação de tecnologia de mísseis) e do NSG (grupo de controlo à exportação de produtos nucleares);

Na reunião do grupo “portos marítimos” realizada em Trieste, no âmbito do Grupo Pompidou, Conselho de Europa;

Na 38.ª Conferência da Comissão de Estupefacientes da ONU.

Júri de concursos

Participou como vogal efectivo em vários júris de concursos

Elaboração de manuais

Manual das Instruções de Aplicação e Medidas de Luta com a Fraude relativo a estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precusores de droga, publicado em Junho de 1995.

Louvores

Do Ministro da Finanças Sr. Dr. Jorge Braga de Macedo, pelos trabalhos realizados durante a primeira Presidência Portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias, que decorreu no primeiro semestre do ano de 1992.

202722307

Despacho n.º 43/2010

A vacatura no cargo de Director da Alfândega do Aeroporto de Lisboa, em virtude da aposentação do seu actual titular, licenciado Joaquim de Jesus Ferreira da Piedade, que irá verificar-se no início do próximo ano, impõe que, para além de se dar início ao desenvolvimento do processo tendente ao preenchimento definitivo daquele cargo, se proceda desde já à designação de um seu substituto.

A reverificadora assessora principal, licenciada Miquelina da Graça Cordeiro Bebiano, que vem desempenhando o cargo de Directora da Alfândega Marítima de Lisboa, pela sua comprovada experiência no exercício de cargos dirigentes e nas matérias de âmbito aduaneiro, funções que sempre exerceu com relevância e mérito, reúne o perfil indicado para assegurar, em regime de substituição, o exercício daquele cargo.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, nomeio, em regime de substituição, para o exercer o cargo de Director da Alfândega do Aeroporto de Lisboa, a reverificadora assessora principal, licenciada Miquelina da Graça Cordeiro Bebiano.

O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2010.

(Nota curricular em anexo)

15/12/2009. — O Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, *João Manuel Almeida de Sousa*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Miquelina da Graça Cordeiro Bebiano

Currículo académico:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1981;

Pós-graduação em Estudos Europeus, na vertente de economia, pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Formação profissional:

É detentora de vasta formação profissional, com frequência de diversos cursos e acções de formação, designadamente, nas áreas aduaneira, gestão e línguas.

Currículo profissional:

De 1980 a 1983 exerceu funções docentes no ensino secundário.

De 1983 a 1986 desempenhou funções no Gabinete de Estudos Económicos.

Em 21 de Julho de 1986, ingressou no quadro da então Direcção-Geral das Alfândegas, na carreira técnica superior aduaneira, com a categoria de 2.º verificador superior, sendo desde 26 de Dezembro de 2005, titular da categoria de reverificador assessor principal, tendo desempenhado funções em diversos serviços centrais e periféricos da DGAIEC.

Em 6 de Julho de 2001, precedendo concurso, foi nomeada em comissão de serviços no cargo de director da Alfândega de Alcântara Norte, que exerceu até à sua extinção.

Em 16 de Novembro de 2004 foi nomeada, em regime de substituição, no cargo de director da Alfândega Marítima de Lisboa, cargo que exerce actualmente.

Em 17 de Janeiro de 2005, precedendo concurso, foi nomeada em comissão de serviços no cargo de director da Alfândega Marítima de Lisboa.

Em 5 de Novembro de 2007 foi renovada a comissão de serviços por um período de três anos, cargo que exerce actualmente.

Outras actividades:

Docente convidada do OVERGEST/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, durante os anos de 2000 a 2008, para leccionar “Direito Aduaneiro Comunitário” no curso de pós-graduação em Fiscalidade.

Docente convidada da Câmara dos Despachantes Oficiais para leccionar dois cursos de formação sobre exportação, para acesso a despachante oficial.

Formadora em diversas acções de formação na área aduaneira, quer a nível interno da DGAIEC, quer a nível externo.

Representante da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo em diversas reuniões nacionais e estrangeiras.

Participante em diversos grupos de trabalho de nível nacional, em alguns deles como coordenadora, dos quais há a salientar:

Grupo de trabalho para a revisão da Legislação Orgânica da DGAIEC;

Grupo de trabalho para Execução do Projecto de Actualização das Tabelas I e II da Reforma Aduaneira;

Equipa de projecto para a Informatização da Exportação;

Grupo de trabalho relativo a Controlos na Exportação em Geral e na Expedição de Produtos Sujeitos a Impostos Especiais sobre o Consumo;

Grupo de trabalho sobre Abastecimentos de Navios e Aeronaves; Fórum para a simplificação de procedimentos no Porto de Lisboa; Comissão Consultiva de Protecção do Porto de Lisboa;

e de nível internacional, designadamente, no âmbito da Comunidade Europeia, dos quais há a destacar:

Comité do Código Aduaneiro Comunitário;

Grupo de Trabalho CEE/AECL, relativo ao trânsito comum;

Comité da Legislação Aduaneira Secção de Trânsito — Convenção TIR;

Grupo de Trabalho de Informatização do trânsito (TCWP);

Comité do Código Aduaneiro — Secção de Regulamentação Aduaneira Geral.

Vogal de dois júris de concursos de acesso nas carreiras aduaneiras, e num concurso para provimento de cargo dirigente.

Participação em diversos encontros, seminários e conferências, promovidos pela DGAIEC ou por outras instituições nacionais e ainda a nível internacional.

202722112

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 44/2010

No Departamento de Gestão e Administração (DGA), estrutura nuclear da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), foi criada através do Despacho n.º 31/DG/09, de 7 de Dezembro, a Divisão de Gestão Orçamental e Patrimonial (DGOP).

Considerando que as competências cometidas a esta Divisão são determinantes para a adopção de novos sistemas de contabilidade orçamental e patrimonial e a implementação de novas regras de contratação pública na DGAEP, impõe-se que, com urgência, se proceda à

nomeação do respectivo dirigente, por forma a que seja implementado o seu funcionamento.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Orçamental e Patrimonial (DGOP), a licenciada Paula Cristina Centeno de Almeida, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2009.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular que se publica em anexo.

15 de Dezembro de 2009. — A Directora-Geral, *Carolina Ferra*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Biográficos:

Nome: Paula Cristina Centeno de Almeida
Data de Nascimento: 10.11.1972

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Contabilidade e Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Experiência Profissional:

Técnica Superior na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, desde Outubro de 2008;

Técnica Superior na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais do Ministério da Justiça, entre Janeiro de 2008 e Setembro de 2008;

Técnica Superior na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, entre Junho de 2006 e Dezembro de 2007;

Técnica Superior no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2001/2006);

Técnica Profissional no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1995/2001)

Outros trabalhos:

Membro do grupo de trabalho com a missão de proceder à elaboração das peças do procedimento por concurso público, com publicidade internacional, referente à aquisição de serviços de saúde diversos em gestão integrada para a globalidade dos Estabelecimentos Prisionais;

Colaborou com a Controladora Financeira do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações no âmbito do estudo e implementação de medidas de redução da despesa corrente com recurso à definição de indicadores de gestão financeira;

Membro da Comissão Executiva do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Colaborou na implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Supervisionou o estágio profissional da aluna Ana Raquel Meneses Gois, finalista da licenciatura em Contabilidade e Auditoria;

Apoio técnico prestado à Comissão Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (e|d|arq)

Outras actividades:

Técnica Oficial de Contas, membro n.º 16674 da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

202720736

Despacho n.º 45/2010

O Despacho n.º 17 760/2007, de 30 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 13 de Agosto, definiu a estrutura flexível da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), criando no Departamento de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Administração Pública (DGDRH), a Divisão de Qualificação e Desenvolvimento de Competências (DQDC), conforme o n.º 2 do referido Despacho.

Considerando que as competências cometidas a esta Divisão, são determinantes para o estudo e proposta de definição de linhas de política estratégica sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para a Administração Pública, impõe-se que, com urgência, se proceda à nomeação do respectivo dirigente, por forma a que seja implementado o seu funcionamento.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto,

verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Qualificação e Desenvolvimento de Competências (DQDC), o licenciado Nuno Luís Flores Baltazar Lopes, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2009.

O nomeado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular que se publica em anexo.

15 de Dezembro de 2009. — A Directora-Geral, *Carolina Ferra*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Biográficos:

Nome: Nuno Luís Flores Baltazar Lopes
Data de Nascimento: 27 de Setembro de 1971

Habilitações:

Licenciatura em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa;
Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública

Percurso profissional:

Técnico Superior da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (desde Julho de 2003);

Técnico Superior da Casa Pia de Lisboa (de Março de 1997 a Julho de 2003)

Actividades profissionais a destacar:

Elaboração do Relatório de Formação da Administração Pública de 2006, 2007 e 2008;

Acompanhamento do processo de reconhecimento de instituições do ensino superior com vista a poderem ministrar formação para Alta Direcção em Administração Pública;

Concepção do sistema de avaliação do impacto da formação para Alta Direcção em Administração Pública;

Participação em diversos grupos de trabalho no âmbito dos recursos humanos da administração pública;

Coordenação de equipas de formação;

Membro de diversos grupos de investigação no âmbito da educação;
Diversas publicações e comunicações sobre educação e formação.

202720906

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Aviso n.º 66/2010

Procedimento concursal comum com vista à ocupação de dois postos de trabalho na carreira técnica superior do mapa de pessoal do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 6.º e nos artigos 49.º e 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e alínea *a*) do artigo 3.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho, na categoria de Técnico Superior, da carreira geral de Técnico Superior, do mapa de pessoal do GPEARI/MFAP, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Reserva de recrutamento: Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento neste organismo e não ter sido efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), por esta ter sido considerada temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição das referidas reservas de recrutamento.

3 — Publicitação: O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) para consulta, até ao 1.º dia útil seguinte ao da publicação no *Diário da República*, na página electrónica do GPEARI (www.gpeari.min-financas.pt) e em jornal de expansão nacional, por extracto, no prazo de três dias úteis, contados da mesma data.